

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO****GABINETE DA VEREADORA KEIT LIMA****REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_/2026**

ILUSTRÍSSIMAS SENHORAS VEREADORAS E SENHORES VEREADORES DA  
COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E  
CIDADANIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

**CONSIDERANDO** que a acessibilidade urbana é elemento essencial para garantir o direito à cidade, à mobilidade e à circulação segura de pessoas com deficiência, pessoas idosas e pessoas com mobilidade reduzida;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que estabelece a obrigação do Poder Público de assegurar condições de acessibilidade nos espaços públicos, incluindo calçadas, vias e equipamentos urbanos;

**CONSIDERANDO** que as guias rebaixadas e a adequada manutenção das calçadas são instrumentos fundamentais para garantir a mobilidade urbana inclusiva, permitindo a circulação segura de cadeirantes, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas idosas, pessoas com carrinhos de bebê e demais cidadãos;

**CONSIDERANDO** dados e levantamentos produzidos por organizações da sociedade civil e iniciativas de monitoramento da acessibilidade urbana, bem como informações divulgadas em notícias locais, que indicam falhas recorrentes na execução e manutenção das calçadas e guias rebaixadas em diversas regiões da cidade, especialmente nas periferias

**CONSIDERANDO** a ausência de comunicação pública oficial por parte da Prefeitura acerca das etapas do Plano Emergencial de Calçadas (PEC) e dos critérios de priorização adotados para a execução das obras;

**CONSIDERANDO** levantamento realizado pela campanha “Calçada Cilada”, em 2020, com a participação de 206 instituições, que identificou como principais problemas nas calçadas da cidade a presença de buracos (71%) e obstruções como postes, árvores e degraus (53%), além da ausência de rotas acessíveis em regiões periféricas, comprometendo significativamente a acessibilidade urbana;

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO****GABINETE DA VEREADORA KEIT LIMA**

**REQUEIRO** à Douta Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara Municipal de São Paulo que acompanhe e fiscalize as ações relativas à criação e manutenção das guias rebaixadas e calçadas da cidade, bem como solicite informações à **Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB)** acerca das seguintes questões:

1. Qual o número exato de guias rebaixadas autorizadas e de calçadas recuperadas pela Prefeitura nos anos de 2023, 2024 e 2025, com a respectiva distribuição por Subprefeitura?
2. Quais critérios objetivos a Secretaria Municipal das Subprefeituras adota para definir quais trechos integram o Plano Emergencial de Calçadas (PEC), e por quais razões regiões periféricas frequentemente permanecem sem atendimento?
3. Quantas notificações e multas foram aplicadas a munícipes por calçadas irregulares entre os anos de 2023 e 2025, e qual o destino da arrecadação decorrente dessas penalidades?
4. Qual a justificativa para a manutenção da responsabilidade atribuída aos munícipes pela manutenção de calçadas e guias rebaixadas, mesmo diante de projetos de lei que propõem a transferência desse encargo ao Poder Público, como o Projeto de Lei nº 645/2021, já aprovado em primeira votação na Câmara Municipal?
5. Qual foi o montante orçamentário previsto, empenhado e efetivamente liquidado para obras de calçadas no mesmo período, bem como quais valores eventualmente deixaram de ser executados ou foram devolvidos?

Sala das Comissões, 12 de março de 2026.

**KEIT LIMA**  
Vereadora